

No dia treze de outubro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária – SMAGP, à Avenida Augusto de Lima, 30, 10º andar, nesta capital, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a presença dos conselheiros: Gilmar Xavier Lima, Presidente, Isabel Cristina da Cruz, Mauro Heleno Ladeira Oliveira, Nourival de Souza Resende Filho e Omar Pinto Domingos. Também presentes, pela SMAGP-Unidade Gestora Única do RPPS, Alexandre Fonseca, Camila Coutinho e Suzana Nassif. Cristina Ayer Taveira não compareceu e não foi substituída por seu suplente. Alexandre Fonseca passou então a palavra ao presidente do conselho, Gilmar Xavier, que começou os trabalhos apresentando a pauta da reunião: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Verificação do Relatório de Investimentos do 3º trimestre 2015; 3. Análise das Receitas e Despesas do RPPS-BH 4º bimestre 2015; 4. Formação de GT para elaboração do Plano Anual de Trabalho para 2016; 5. Conhecimento das deliberações do Conselho Administração. Alexandre Fonseca deu início à apresentação do Relatório de Investimentos do 3º Trimestre, mostrando aos conselheiros o relatório que é apresentado pela unidade de investimentos do Banco do Brasil ao RPPS. Prestou esclarecimentos sobre o fluxo de repasses dos recursos ao FUFIN, ressaltando um salto observado no mês de maio, correspondente ao reembolso das licenças pelo tesouro municipal. Informou que as aplicações são essencialmente de curto prazo, sempre orientadas pela Política de Investimentos do RPPS. Disse estar negociando com o Banco do Brasil que o relatório seja apresentado de forma mais simplificada. Omar Domingos perguntou se há alguma outra instituição interessada na prestação de serviço desta consultoria financeira, considerando o encerramento iminente do contrato com o Banco do Brasil. Ficou interessado em saber como o Conselho de Administração vem enxergando esta substituição contratual, já que há variáveis importantes nesta análise como a taxa de administração cobrada nos investimentos, por exemplo. Alexandre Fonseca informou que estão trabalhando em um termo de referência para credenciamento de novas instituições financeiras, já que o Banco do Brasil optou por não apresentar mais pareceres com orientação expressa para a gestão dos investimentos do RPPS conforme as manobras possíveis dentro da carteira de investimentos, o que incentivou o comitê a buscar uma nova licitação. Presidente Gilmar Xavier perguntou sobre o regimento do comitê de investimentos, e Alexandre Fonseca esclareceu que ele foi regulamentado por portaria publicada em 2014. Gilmar Xavier manifestou preocupação sobre a forma como há hoje a deliberação sobre os investimentos do RPPS, sugerindo que o conselho fiscal tivesse um maior envolvimento nessas deliberações. Alexandre Fonseca explicou que o papel da consultoria financeira é justamente dar um respaldo técnico ao comitê de investimentos quanto à aplicação dos recursos do RPPS, e o comitê, por sua vez, delibera com fulcro nas determinações legais, previstas na política de investimentos. Mauro Heleno Ladeira reforçou os esclarecimentos do Alexandre Fonseca, sugerindo que, feito o termo de referência para a contratação de consultorias financeiras, ele seja apresentado ao Conselho Fiscal para que a responsabilidade seja dividida. Omar Domingos afirmou que o fato de o RPPS estar dentro da estrutura da administração direta tem um impacto no fluxo dessas deliberações. Prosseguiu as explanações sobre a carteira de investimentos, especificamente sobre aplicações em fundos de renda variável, reforçando a necessidade de uma visão de médio e longo prazo das aplicações, especialmente no caso do BHPREV. Omar Domingos perguntou se há relatório analítico nos pareceres técnicos da consultoria financeira. Alexandre Fonseca informou que sim e que, inclusive, recebe diariamente considerações por e-mail e análises de mercado. Voltou à apresentação, pormenorizando os dados e a situação atual da carteira de investimentos dos fundos financeiro e previdenciário. Mauro Heleno indagou sobre a forma como vem sendo feita a análise do batimento da meta de rentabilidade dos fundos, ressaltando que entende ser plausível que se faça projetando-a para, pelo menos, oito anos à frente. Alexandre Fonseca informou que, atualmente, é feita para um intervalo de 12 meses, e que se estuda a possibilidade de aquisição ou contratação de ferramenta que nos possibilite realizar essa análise com uma visão de médio prazo. Omar Domingos chamou atenção para a necessidade de manutenção das decisões do conselho fiscal e comitê de investimentos, já que anualmente existe sempre a possibilidade de modificação dos membros, e manifestou mais uma vez preocupação com o clima da última reunião do Conselho de Administração, considerando a importância das deliberações administrativas, que também sofrem impacto das questões políticas e econômicas. Alexandre Fonseca retomou a apresentação prestando esclarecimentos detalhados sobre as siglas dos índices e fundos de investimentos, como havia prometido na última reunião do Conselho Fiscal. Omar Domingos comentou que teve a impressão, na última reunião do Conselho de Administração, que a taxa de administração dos fundos de investimento é padrão, e via a necessidade de ressaltar as diferenças entre uma instituição e outra. Sugeriu que, para a próxima reunião do Conselho Fiscal, apresentemos aos conselheiros quais foram os piores investimentos feitos ao longo do exercício pelo RPPS, um comparativo entre o que foi positivo e negativo, porque permite que um erro latente seja corrigido. Omar Domingos chamou atenção para o fato de termos ainda pouco tempo de experiência na gestão desses investimentos, desde a criação do Fundo Previdenciário, e que outras instituições e fundos com mais tempo de existência se escoram em instituições e consultorias sólidas e mais experientes. Por isso mostra-se preocupado em selecionarmos criteriosamente uma consultoria de investimentos e colocar no conselho alguém do grupo novo (do fundo BHPREV). Alexandre Fonseca passou a palavra a Suzana Nassif, que prosseguiu a apresentação das contas do RPPS, esclarecendo aos conselheiros, primeiramente, as receitas e despesas dos dois fundos. Nourival Resende pediu esclarecimentos sobre as variações na base quantitativa dos aposentados, pensionistas e ativos, e pediu que apresentássemos no demonstrativo as mortes e exclusões. Perguntou também porque mostramos as receitas negativas zeradas no demonstrativo, afirmando que desta forma não ficou transparente. Alexandre Fonseca acatou a sugestão sobre os dados quantitativos, cuja viabilidade será avaliada pela Gerência da Folha do RPPS, e esclareceu sobre os acertos contábeis que são realizados nas demonstrações. Nourival Resende reforçou a necessidade de revermos a demonstração da receita financeira do mês de agosto. Alexandre Fonseca esclareceu que a contabilidade do RPPS ainda estuda com o Tesouro a forma de demonstrarmos a desvalorização dos rendimentos, e Suzana Nassif completou,

afirmando que a contabilização dos rendimentos negativos segue o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. Mauro Heleno chamou atenção para o resultado do mês de julho, cujo montante expressa um volume grande de aporte, superior ao que ele interpreta como o que seria a cobertura necessária à folha mais adiantamento do 13º. Suzana Nassif explicou que em julho não há contribuição sobre o adiantamento do 13º, o que justifica um aporte maior para cobrir folha mais a primeira parcela do 13º salário. Nourival Resende perguntou se a demonstração do resultado é por caixa ou competência. Suzana Nassif informou que a receita é caixa e que as despesas são por competência. Chamou atenção para a forma como o pagamento do adiantamento do 13º Salário/15 foi apropriado na contabilidade/SOF e apresentado no relatório e que, se o nosso sistema orçamentário financeiro ainda não atende às normas do CASP, ele é inadequado e, por isso, sente-se inseguro em aprovar as contas apresentadas. Mauro Heleno Ladeira complementou, dizendo que a forma pode não estar correta, mas os números demonstrados, estão. Suzana Nassif e Alexandre Fonseca prestaram esclarecimentos e Nourival Resende prosseguiu reafirmando a necessidade de revisitarmos as nossas demonstrações, colocando-se à disposição para rediscuti-las e autorizando utilizarmos a sua colocação em ata para reforçar, junto à Contabilidade do Município, a necessidade de adequação do SOF ao CASP. Mauro Heleno Ladeira sugeriu repensarmos os relatórios de receitas e despesas, e perguntou se o aporte demonstrado em julho entrou mesmo neste mês. Suzana Nassif afirmou que sim, e Alexandre Fonseca esclareceu que o sistema orçamentário financeiro ainda trabalha a receita como caixa e a despesa como competência em algumas situações. Suzana Nassif prosseguiu a apresentação dos balancetes, informando que ainda não estão no formato CASP porque o SOF ainda não está adaptado. Nourival Resende esclareceu aos conselheiros sobre as novas normas da contabilidade aplicada ao setor público, baseadas nos padrões internacionais, e reforçou a importância de revermos os nossos relatórios, já que estamos atrasados quanto às normativas contábeis em vigor e a forma como estamos demonstrando nossas contas não estão corretas, podendo prejudicar a análise do conselho. Questionou sobre um valor de R\$36,00 demonstrado no mês de agosto e Suzana Nassif explicou tratar-se de material de consumo. Encerrou a apresentação das contas abrindo para esclarecimentos. Em não havendo novas manifestações, passou a palavra ao Alexandre Fonseca, que colocou ao conselho a necessidade de formação do grupo de trabalho para a elaboração do plano anual de trabalho para 2016. Nourival Resende pediu dispensa do grupo de trabalho, em função de agenda de compromissos. Omar Domingos colocou-se à disposição para compor o grupo, e Mauro Heleno Ladeira sugeriu que seja enviada aos conselheiros a proposta, considerando a agenda de compromissos de todos. Alexandre Fonseca seguiu ao quinto e último item da pauta, dando conhecimento às deliberações do Conselho de Administração. Omar Domingos perguntou se o PL 1.720, que faz diversas revisões no regime de previdência do servidor municipal, passou em algum momento pelo Conselho de Administração, e externou suas preocupações quanto à condução da elaboração e discussão do PL. Perguntou também sobre a interrupção do censo previdenciário. Alexandre Fonseca informou que as alterações previstas no PL são decisões de governo e a discussão foi e está sendo conduzida com as entidades sindicais, e ratificou que o Conselho de Administração foi notificado. Sobre o censo, esclareceu que está sendo readequado e será retomado em breve. Os trabalhos foram concluídos, ficando a aprovação dos assuntos tratados nesta ata para a próxima reunião. Nada mais a ser tratado, eu, \_\_\_\_\_ (Camila Mariana Coutinho/BM: 81.476-1), lavro a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos conselheiros presentes na ocasião. Belo Horizonte, 13 de outubro de 2015.

---

Gilmar Xavier Lima

---

Isabel Cristina da Cruz

---

Nourival de Souza Resende Filho

---

Mauro Heleno Ladeira Oliveira

---

Omar Pinto Domingos